

A crise em DEBATE



O *JE* apresenta visões alternativas às da grande imprensa sobre a origem, evolução, desdobramentos e futuro do atual momento da economia mundial, com artigos de Reinaldo Gonçalves e Sergio Barroso, entrevistas com João Paulo Magalhães e José Carlos de Assis, e análise do FPO sobre os efeitos da crise nos orçamentos do estado e município do Rio de Janeiro.

Editorial

A Crise em Debate

■ O JE apresenta nessa sua edição de abril visões diferenciadas sobre a origem, evolução, desdobramentos e futuro do atual momento da economia mundial.

A recém concluída reunião do chamado G-20, em Londres, reacendeu expectativas quanto à capacidade dos principais governos nacionais do mundo de articular uma estratégia comum de ação, nas esferas monetária e financeira, com o objetivo de superar as graves dificuldades que a crise econômica provoca nas finanças dos países e no comércio mundial.

A análise apresentada sobre as decisões desta reunião de cúpula, no artigo do professor, e conselheiro do Corecon-RJ, Reinaldo Gonçalves, coloca questões para a reflexão de todos os brasileiros interessados em discutir as alternativas e medidas propostas, e particularmente o papel desempenhado pelo país e pelo presidente Lula.

Ao mesmo tempo, inovamos editorialmente e oferecemos aos nossos leitores duas entrevistas que se debruçam não somente sobre a crise em si e os seus desdobramentos mais imediatos. João Paulo Magalhães, ex-presidente do Corecon-RJ e nosso atual conselheiro, e José Carlos de Assis, economista e reconhecido jornalista investigativo de casos que se tornaram célebres, nos apresentam instigantes depoimentos que procuram pensar o desenvolvimento econômico, e os seus diferentes caminhos; a absoluta necessidade do Brasil crescer a taxas elevadas e acelerar de sobremaneira a oferta de empregos; a nova conjuntura internacional que se abre, e o futuro da geopolítica mundial, entre outros temas. Ambos acabam de concluir os seus mais recentes livros.

João Paulo, com "O Que Fazer Depois da Crise", e José Carlos, com "A Crise da Globalização", trazem assim reflexões muito bem articuladas, e que apontam para desafios muito complexos que a crise apenas faz com que se realcem e exijam das sociedades organizadas, onde vivemos, respostas de grande profundidade, caso queiramos tirar lições e avanços para o nosso futuro.

Fechando essas diferentes abordagens sobre a crise, Sergio Barroso, dirigente da Fundação Maurício Grabois – ligada ao Partido Comunista do Brasil – nos apresenta uma interpretação marxista para a origem da atual crise global. E seguindo a temática desta edição, as páginas do Fórum Popular do Orçamento detalham os efeitos da crise nos orçamentos do município e estado do Rio de Janeiro. 

SUMÁRIO

3 Reinaldo Gonçalves
G20: De locomotiva e vagões

5 Entrevista - José Carlos de Assis
"O contexto geopolítico e cultural dos anos 70, 80 e 90 não se repetirá, o que significa que o liberalismo econômico não terá como renascer"



8 Entrevista - José Paulo de Almeida Magalhães
"A crise atual criou excelente oportunidade e condições favoráveis à proposta de nova estratégia econômica para a América Latina"

11 Sérgio Barroso
Globalização neoliberal: da crise financeira à grande queda

14 Fórum Popular do Orçamento
A crise chegou?

16 Curso 'Para entender a conjuntura econômica'

Encontro dos Coordenadores acontece em 16 de abril

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

Je JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Paulo Sergio Souto • **Vice-presidente:** Sidney Pascotto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2008-2010): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo Santos,

Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2007-2009): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascotto da Rocha, José Antonio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2008-2010): Arthur Camara Cardozo, Luiz Mario Behnken, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antonio Pinho Bruno – 3º terço (2007-2009): Angela Maria de Lemos Gelli, Sandra Maria Carvalho de Souza, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

G-20: De locomotiva e vagões



■ Reinaldo Gonçalves¹

O G-20 foi criado em 1999 e tem como países-membros a locomotiva do sistema econômico internacional, as sublocomotivas, bem como os vagões de 1ª classe e classes inferiores (ver Quadro 1).² São 19 países e a União Européia tem representação própria. A análise do comunicado final do G-20 de 2 de abril de 2009 mostra que há poucas diferenças marcantes em relação ao comunicado da reunião de 11 de novembro de 2008. Entretanto, há compromissos específicos de fortalecimento de organizações multilaterais retrógradas e imposição a alguns países em desenvolvimento do compartilhamento dos custos de contenção da crise global.

Como a grande maioria dos comunicados finais de reuniões internacionais em momentos de crise, o comunicado de abril do G-20 é repleto de banalidades. Lugares-comuns

estão presentes nas diretrizes estratégicas bem como nas promessas de ações futuras. Neste último, não há compromissos específicos que envolvem recursos e cronogramas.

O comunicado do G-20 menciona genericamente objetivos de recuperação da confiança e do crescimento econômico, solução da crise financeira, promoção do comércio internacional, e construção de “uma recuperação incluyente, verde e sustentável”. Estas diretrizes não implicam compromissos políticos de maior relevância. Isto não significa total ausência de acordos. Dentre os acordos que têm compromissos específicos cabe destacar: ajuda externa de US\$ 50 bilhões para os países com mais baixo nível de renda e financiamento em termos concessionais de US\$ 6 bilhões a partir da venda de ouro que faz parte das reservas do FMI. No que se refere à primeira proposta, parece que os US\$ 50 bilhões não implicam acréscimo de

ajuda externa e, sim, um novo patamar. Não é revelado o acréscimo relativo, nem metas de ajuda externa referenciadas, por exemplo, ao PIB dos países doadores. Os recursos provenientes do FMI (US\$ 6 bilhões) são pouco expressivos para os países em desenvolvimento; na realidade, são ridículos.

Entretanto, há um conjunto específico de compromissos que envolvem diretamente o funcionamento dos sistemas monetário e financeiro internacional. No que se refere ao primeiro, o foco é a ampliação dos recursos do FMI, bem como compromissos em aberto de reforma da governança desta instituição-chave do sistema monetário internacional. Os recursos direcionados ao FMI seriam da ordem de US\$ 750 bilhões, sendo que US\$ 250 bilhões seriam comprometidos no curto prazo a partir da subscrição do capital do FMI, inclusive, por países em desenvolvimento. O restante seria proveniente da alocação de Direitos Especiais de Saque (DES – moeda escritural do FMI) no médio prazo, expansão de linhas de financiamento com subscrição e empréstimos no mercado financeiro internacional. A reforma da governança do FMI seria discutida nos próximos dois anos, dando continuidade, a um processo de discussão que tem um quarto de século. O compromisso é discutir propostas no início de 2011.

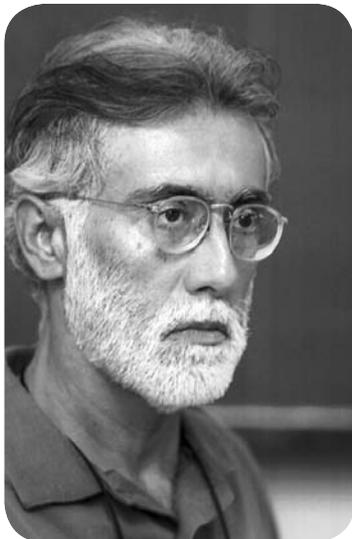
Estes compromissos significam, de um lado, que os países desenvolvidos estão transferindo para os países em desenvolvimento parte dos custos do ajuste que muitos países em desenvolvimento têm que fazer como resultado da crise econômica global. Estes ajustes decorrem também da vulnerabilidade externa de países em desenvolvimento que foi gerada por erros próprios de estratégia e política econômica. Vale notar, entre-

tanto, que boa parte destes erros deriva da aceitação por parte destes países das diretrizes oriundas dos governos dos países desenvolvidos (veja, por exemplo, o famigerado Consenso de Washington) e impostas pelos próprios organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial.

Tomemos o exemplo do México, que se tornou um vagão de 5ª classe no sistema econômico internacional a partir da decisão de 1994 de criação do NAFTA (Acordo de Livre Comércio das Américas) que atrelou irremediavelmente a economia mexicana à economia-locomotiva (EUA). Mais uma vez, o México quebra e recorre ao FMI. Exemplo no atacado pode ser dado no caso dos países da Europa Central e Oriental que, após a ruptura do bloco comunista, envolveram-se em trajetórias capitalistas marcadas pela exclusão social, desigualdade e vulnerabilidade externa. Muitos destes (Ucrânia, Hungria, etc.) já estão “passando o pires” no FMI.

De outro lado, alguns países em desenvolvimento estão dispostos a contribuir recursos para o FMI com o intuito de aumentar seu poder de voto na instituição. O Brasil, por exemplo, tem 1,38% dos votos do FMI tendo em vista que o país tem US\$ 4,5 bilhões do capital do Fundo (total de US\$ 321 bilhões). Consta que o governo brasileiro estaria disposto a contribuir com US\$ 10 bilhões, mais de 5% das reservas internacionais do país. O objetivo desta contribuição seria, além do aumento do poder de voto, influenciar na reforma do FMI no sentido de “democratizar” o processo de decisão e flexibilizar o sistema de condicionalidades associado aos empréstimos do Fundo.

Esta estratégia do Governo Lula deve ser criticada a partir de inú-



meros argumentos. O primeiro é o custo de oportunidade do uso de US\$ 10 bilhões. É evidente que o país tem um conjunto imenso de oportunidades de investimento com benefício social muito maior do que algum benefício derivado da subscrição de cotas do FMI.

O segundo argumento é que a eventual contribuição de US\$ 10 bilhões não implica ganho significativo de poder de voto do Brasil.

O terceiro argumento é que as instituições de Bretton Woods, com destaque para o FMI, estão senis. Há décadas, inúmeras têm sido as manifestações para o fechamento do FMI. Entre as mais recentes vale destacar a do prêmio Nobel, Edward Prescott, legítimo representante do *mainstream* e do *establishment* (ver Quadro 2). O fechamento do FMI (e também do sistema Banco Mundial) vem acompanhado, por exemplo, da proposta de que os recur-

sos destes organismos caquéticos seriam transferidos para um Fundo de Desenvolvimento Mundial, fora do controle dos governos, para financiar projetos com impacto social e focados nos interesses da classe trabalhadora.

No que se refere ao sistema financeiro internacional, o comunicado do G-20 menciona a expansão do crédito para o comércio internacional no valor de US\$ 250 bilhões e reforço do capital dos bancos multilaterais de desenvolvimento (Banco Mundial, BIRD, etc) no valor de US\$ 100 bilhões. Há referência específica às agências de financiamento do comércio (os Eximbanks) e às agências de investimento. Muito provavelmente, cada país ampliará o financiamento das suas próprias exportações. No que se refere ao investimento, a maior disponibilidade de recursos provavelmente envolverá, como contrapartida, a aquisição de direitos em setores de interesse (quem sabe, o Pré-sal e os recursos naturais mais importantes no Brasil) com garantia de investimento (acordos de garantia de investimentos), bem como a maior liberalização, desregulamentação e privatização. Ou seja, mais vulnerabilidade externa estrutural na esfera produtiva dos países em desenvolvimento. Quanto aos recursos para os bancos multilaterais não há menção das fontes de financiamento.

O comunicado do G-20 inclui, ainda, compromissos genéricos acerca da regulação do sistema fi-

Quadro 1

G-20: Locomotiva, sublocomotivas e vagões

Locomotiva: EUA

Sublocomotivas: Alemanha, França, Grã-Bretanha, Japão, Itália

Vagões de 1ª classe: Austrália, China, Canadá

Vagões de 2ª classe: Índia, Coréia do Sul

Vagões de 3ª classe: Rússia, Arábia Saudita

Vagões de 4ª classe: Brasil, Argentina, África do Sul, Indonésia

Vagões de 5ª classe: México, Turquia

Obs.: A União Européia tem representação própria.

nanceiro internacional. Além da criação de mais um fórum de discussão (*Financial Stability Board*), que muito provavelmente, não terá resultados práticos, o comunicado é explícito quanto à imposição de sanções sobre paraísos fiscais. Entretanto, não se especificam os mecanismos de pressão e sanções (por exemplo, embargos comerciais). Esta manifestação, bem como a aquela referente aos bônus dos executivos do sistema financeiro, refletem sobremaneira o lado mediático (no sentido de “pouco sério”) da reunião do G-20.

Para concluir e, aproveitando que foi feita referência ao “lado mediático”, cabe fazer um comentário sobre a atuação do Governo Lula no G-20. Deixando de lado a questão irrelevante do papel de “bufão global” desempenhado por Lula e que foi destacado na imprensa global e nacional, é lamentável verificar que o país seja capturado pela agenda dos países desenvolvidos. Esta agenda nos leva a “pagar pedágio” para ter presença maior, ainda que irrelevante no FMI – instituição retrógrada que deveria ter sido fechada há anos. Vale notar que o Brasil é o país que mais recursos pediu emprestado ao FMI em toda a sua história. Lula é, provavelmente, o chefe de Estado que mais pagou juros e taxas ao FMI em toda a história do Fundo (1948-2008). No período 2003-06, Lula pagou US\$ 3,541 bilhões ao FMI, no contexto de excesso de liquidez internacional e crescente saldo das contas externas do país. Puro desperdício de recursos escassos para, simplesmente, manter linhas de crédito em aberto! Talvez aqui esteja a cha-

ve da expressão usada por Obama: “este é o cara”! O “cara” que mantém alta popularidade com péssima governança.

Talvez sejamos levados também a contribuir para bancos multilaterais que têm como foco a liberalização, desregulamentação e a privatização.³ Ou seja, os atuais grupos dirigentes brasileiros – candidatos a Bismarcks dos trópicos que pensam influenciar a geopolítica internacional – desperdiçam recursos escassos (além das passagens e diárias) que poderiam estar sendo aplicados na educação, saúde, infraestrutura, segurança e reconstrução institucional do país.

Provavelmente, a rainha Elizabeth ao se despedir de Lula, tenha se divertido pensando no Ato V de Hamlet, quando o príncipe da Dinamarca encontra o primeiro coveiro e se depara com o crânio de Yorick, o bobo do rei. A passagem de Lula por Londres deixou uma grande inquietação: quem melhor descreve Yorick: o primeiro coveiro ou Hamlet? Yorick não sobreviveu, o reino da Dinamarca apodreceu! Pobre o país que tem o “bufão global” à frente de um “vagão de 4ª classe” da economia mundial, que se encontra descarrilhado. 🚂

Quadro 2

Prêmio Nobel recomenda fechamento do FMI e Banco Mundial

“O economista americano Edward Prescott, vencedor do Prêmio Nobel de Economia de 2004 afirmou que o FMI e o BIRD [Banco Mundial] mais atrapalham do que ajudam a economia mundial e sugeriu a extinção dos dois organismos”.

“Talvez fosse melhor simplesmente acabar de uma vez com o FMI, o Banco Mundial e estas outras instituições. Elas parecem mais um instrumento de política externa do que uma verdadeira contribuição à economia mundial - disse Prescott na entrevista à BBC Brasil”.

Fonte: O Globo, 11 de novembro de 2004, p. 35.

1 Professor titular de Economia Internacional da UFRJ e autor do livro (co-autoria com Luiz Filgueiras, *A Economia Política do Governo Lula*, Ed. Contraponto).

2 Os documentos do G-20 podem ser encontrados no portal <http://www.g20.org/>.

3 Ver crítica recente sobre a atuação do Banco Mundial no Brasil, Reinaldo Gonçalves, *O Banco Mundial no Brasil: da Guerra de Movimento à Guerra de Posição*, Brasília: RedeBrasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2009. Disponível: <http://www.rbrasil.org.br/>.

“O contexto geopolítico e cultural dos anos 70, 80 e 90 não se repetirá, o que significa que o liberalismo econômico não terá como renascer”

José Carlos de Assis, jornalista econômico, economista e professor, doutor em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ, introduziu o jornalismo econômico investigativo na imprensa brasileira nos anos 80, ainda sob o regime militar. É autor de duas dezenas de livros sobre economia política brasileira. Atualmente, é professor de Economia Internacional na Universidade Estadual da Paraíba, cedido ao BNDES como assessor da Presidência, sendo que, nesta entrevista, fala em nome próprio, como economista e autor do recém-lançado “A Crise da Globalização – Crítica à economia política da financeirização descolada do valor-trabalho”.

P: Como você explica a natureza da atual crise, e sua profundidade? Estamos diante de uma nova Grande Depressão?

R: Se nos restringirmos ao campo econômico, esta crise tem elementos de repetição da Grande Depressão. Trata-se, como em toda crise, de um descolamento da esfera financeira do sistema produtivo ancorado no valor-trabalho. As cifras que apontam para esse descolamento são estonteantes, totalmente fora do alcance da mente humana. No ano passado, segundo o Banco de Compensações Internacionais, o valor conjunto dos ativos financeiros ligados à produção no mundo elevava-se a 167 trilhões de dólares, enquanto o de derivativos, totalmente fora da órbita da produção, ascendia a um quatrilhão de dólares. Não tente calcular isso em valores absolutos, é impossível. Pense em termos relativos: toda a produ-

ção mundial de bens e serviços, em 2007, era de 57 trilhões de dólares – portanto, menos de um décimo dos derivativos.

Quando vi esses números, em agosto do ano passado, comecei a escrever meu livro. Era óbvio que o sistema iria explodir por algum elo. A crise dos títulos subprime nos Estados Unidos já estava em curso, mas, se não fosse por eles, a explosão viria de qualquer maneira por outro caminho, seja as bolsas, seja os fundos de hedge, seja outros derivativos. E, quando explodisse num setor, levaria o resto, como em toda crise financeira de monta. Portanto, neste aspecto a atual crise se assemelha à Grande Depressão, que começou com um craque na bolsa e se espalhou rapidamente por outros setores da economia, levando, em última instância, ao colapso do comércio internacional, que te-



ve um efeito de looping sobre o mercado interno.

Quanto à profundidade da crise, ela já é, em alguns aspectos, mais profunda que a Grande Depressão. Por exemplo, nenhum grande banco e nenhuma grande corporação norte-americana quebrou na Grande Depressão. Agora, só nos Estados Unidos, virtualmente quebraram o maior banco de investimento, dois dos

três maiores bancos comerciais globais, a nata da indústria (automobilística), a maior seguradora do mundo e as duas maiores empresas hipotecárias (Freddie e Fanny). Pequenos e médios bancos estão

quebrando a um ritmo de dois a três por semana. O impacto disso foi devastador: o crédito ao setor privado caiu de um pico de 1,75 trilhão de dólares no meio do ano para virtualmente zero no fim.

P: Quanto tempo pode durar esta crise, no seu entender?

R: O tempo que for exigido para uma efetiva cooperação em torno de um programa coordenado de estímulos entre os três blocos centrais da economia mundial, a América do Norte, a Ásia e a União Européia. É que não se trata de uma simples repetição das crises financeiras passadas. O capitalismo liberal produziu a globalização, agora tem que arcar com suas consequências. Nenhum país, isoladamente, vai escapar da crise ou pode sair dela isoladamente. Aqui se criticou muito o presidente Lula por suas declarações no início da crise de que era um tsunami nos países desenvolvidos que chegaria aqui como marolinha. Não crítico o Presidente. Ele não é um especialista, e apenas repassou o peixe que lhe venderam. E a alienação entre economistas, Congresso, empresários, sociedade em fim, era gritante.

Vi um artigo do Delfim Netto justificando Lula. Isso me deu a quase certeza de que foi Delfim quem convenceu o Presidente do descolamento da economia brasileira da economia mundial. Delfim também errou feio, em mais de um artigo, ao subestimar a extensão da crise. Descreveu-a, sem citar o nome, como se fosse um ciclo de Minsky, uma recorrência de ciclos especulativos e regulatórios que acaba em nova regulação e novas bolhas. Não creio que seja isso. A meu ver, a atual crise representa uma quebra de paradig-

ma que determina o ocaso do capitalismo neoliberal e reabre a perspectiva do capitalismo regulado. Isso, na verdade, já havia acontecido nos anos 30.

P: Será que da mesma forma que o velho liberalismo econômico, que se pensava sepultado pelo New Deal e pela social democracia européia, e que renasceu das cinzas nos anos 80, sob o rótulo do neoliberalismo, renascerá novamente depois desta sob outro rótulo?

R: Categoricamente, não. O neoliberalismo não foi apenas um projeto econômico, foi também um instrumento geopolítico para levar a União Soviética à rendição em plena Guerra Fria. Tornou-se pervasivo. Penetrou a cultura, impregnou o sistema de valores no Ocidente e no Oriente, açambarcou a política. Nenhum grande partido de esquerda na Europa resistiu ao canto da sereia neoliberal depois da queda da União Soviética. É a base desse paradigma abrangente que colapsou agora. Nada, absolutamente nada da ideologia neoliberal que seja estruturante na economia e fora dela escapa desse colapso. Ninguém mais fala em mercado auto-regulado, estado mínimo, desestruturação do estado de bem estar social como forma de promover “eficiência” econômica. Um ou outro ainda fala em corte dos gastos públicos mesmo na baixa do ciclo econômico, mas são epígonos inexpressivos. O contexto geopolítico e cultural dos anos 70, 80 e 90 não se repetirá, o que significa que o liberalismo econômico não terá como renascer.

P: Mas os neoliberais brasileiros continuam escrevendo, fazendo palestras e publicando

livros, o que indica que não estão nada mortos.

R: Atuam, mas de uma forma envergonhada. O que está morto é o neoliberalismo como ideologia estruturante da economia, da política e da cultura. Enquanto apenas ideologia ele sobreviverá, pois ideologias não morrem. Na Alemanha e na Áustria, surge de vez em quando um surto de ideologia nazista. Mas é pouco provável que o nazismo volte a organizar essas sociedades. Além do mais, o neoliberalismo é uma ideologia sem povo, ela



fala diretamente às elites, através de processos complexos como, por exemplo, as políticas monetária e fiscal. Num momento de crise social, quando a intervenção crescente do Estado torna-se uma necessidade visível, por cima de ideologias, não há como fazer como no Titanic, que só tinha barcos salva-vidas para a primeira classe. Mesmo porque estamos vivendo, em quase todo o mundo, em democracias de cidadania ampliada, que impedem o monopólio do poder por elites dominantes e forcem um sistema de cooperação de baixo para cima.

P: Se o neoliberalismo não voltar, o que será colocado em seu lugar?

R: A ideologia da cooperação, o oposto da ideologia de competição desenfreada que vem caracterizando a civilização do capitalismo liberal. É importante entender que o colapso do neoliberalismo leva junto outras esferas da realidade social e política contemporânea. Menciono as três principais: a liberdade irrestrita de produção levando à degradação do meio ambiente, a liberdade irrestrita dos Estados de fazer a guerra, e a liberdade irrestrita da Ciência no campo da pesquisa genética.

P: Você falou da quebra dos paradigmas, mas insisto no ponto inicial: o que virá depois?

R: Falo em meu livro de uma nova idade, a Idade da Cooperação. Num nível mais filosófico, o que está ocorrendo é uma quebra de paradigma que remonta ao início da Idade Moderna, a idéia da liberdade individual ilimitada. Isso significa que temos de aceitar a limitação pelo outro, temos que considerar o outro. Nesse sentido, tudo aponta para uma Idade mais solidária e mais humana, quando terminar esta crise. E note bem: não se trata de uma posição moral ou idealista a priori. De fato, em cada uma das esferas mencionadas, não há realmente saída fora da cooperação. É um imperativo, um constrangimento objetivo, não uma conversão universal a princípios de humanismo ou de boa vontade, embora isso também possa existir.

P: Voltando à economia: você já nota sinais de recuperação? Qual sua avaliação dos planos de estímulo nos Estados Unidos e no mundo?

R: Há sinais ambíguos, o que ca-

racteriza grande instabilidade. O fato é que, neste ano, a economia vai-se se contrair mais de 1% no mundo, quase 2% nos Estados Unidos e na União Européia, e entre 5% e 6% no Japão. Na China, apesar da insistência do Governo em projetar crescimento de 8%, é mais provável que fique em torno de 5 e 6%. No Brasil, as projeções do IPEA estimam um crescimento de 2%, muito otimistas; acho que ficará em torno de zero, se não cair. O desemprego, por sua vez, está aumentando em todo o mundo. E é aí que mora o perigo.

Os países centrais começaram a enfrentar a crise pelo lado bancário e monetário. Essas iniciativas são necessárias, mas insuficientes. Como se sabe, em época de grande instabilidade, o dinheiro e o crédito empocam nos bancos. O que realmente tira uma economia da crise são políticas de estímulo fiscal. A China começou primeiro, ainda em novembro, com um pacote de mais de 700 bilhões de dólares. É uma economia centralizada e planejada, o que torna mais fácil a conversão para o mercado interno de sua produção, fortemente abalada pelo colapso das exportações.

O pacote fiscal de Obama é simplesmente primoroso. No montante de 767 bilhões de dólares, se divide em 45% para redução fiscal em favor das classes média e baixa, 26% para Estados e educação, 13% para programas sociais e saúde, e 16% para infra-estrutura e energia. Portanto, busca efeitos de curto, médio e longo prazos, com um importante legado a futuras gerações em termos de tecnologia e produtividade. O problema é que não tem aplicação imedia-

ta, pois ainda tem que ser aprovado pelo Congresso. De qualquer modo, a desoneração fiscal na base, quando vier, terá efeito imediato enquanto estímulo da demanda. Depois virão as grandes obras públicas.

P: E quanto às divergências entre Estados Unidos e União Européia em relação ao tipo de estímulo a ser dado às economias?

R: O FMI recomendou uma meta de estímulo à demanda de 2% do PIB, o nível dos Estados Unidos. China e Japão acolheram essa meta, mas a União Européia resiste. Há nessa atitude fatores sócio-econômicos e ideológicos. Entre os primeiros, está o sistema de seguridade social europeu, em especial o seguro desemprego e a universalização de algumas políticas públicas, mais generoso que o dos Estados Unidos, e que os europeus consideram como “estabilizadores automáticos” no momento de crise. É dessa forma que a Alemanha, por exemplo, acha que sua contribuição de 1,5% do PIB ao estímulo é suficiente, pois tem os estabilizadores.

Mas o fato real é que a institucionalidade fiscal-monetária da União Européia não foi feita para enfrentar crises profundas. O BCE “independente” não pode comprar títulos públicos, mesmo no mercado secundário. Com isso, os 16 tesouros ficam inteiramente em mãos dos mercados para captar recursos de financiamento a políticas fiscais anticíclicas. Com isso um país, como a Itália, com uma dívida pública de 106% do PIB, e a necessidade de rolar 200 bilhões de euros neste ano, vai ter de pagar juros extorsivos para fazê-lo. A Espanha também está em

crise, e Grécia e Irlanda já quebraram, assim como boa parte do Centro e do Leste Europeu. Se a Alemanha, maior exportadora mundial, não ajudar o resto da Europa a se recuperar, afundará junto, já que 60% do seu comércio é com a própria União Européia.

P: E o Brasil, como tem se comportado diante da crise?

R: Subestimamos o impacto inicial da crise e temos tido um comportamento de torcida organizada para que ela passe logo. Na área monetária, a taxa de juros teria de ter sido baixada muito mais velozmente. Na área fiscal, houve medidas na direção certa – por exemplo, a redução do imposto de renda nas faixas mais baixas –, mas ainda são insuficientes. O PAC e o programa de casas são bem-vindos, mas não haverá efeitos imediatos.

P: E quais são as conseqüências sociais e políticas que você vê nessa crise?

R: Tudo precisa ser feito para evitar a escalada do desemprego. As maiores crises sociais e políticas da história têm sido produto do alto desemprego. Foi assim com o fascismo e o nazismo nos anos 20 e 30. Falta-se da revolta contra o Tratado de Versalhes e do apelo nacionalista de Hitler, mas é difícil imaginar hordas de nazistas pelas ruas de Berlim e das grandes cidades alemãs se não fosse a situação desesperada de milhões de trabalhadores desempregados, 26% da força de trabalho do país. Nos Estados Unidos, o desespero, diante de situação similar do mercado de trabalho, levou a uma solução benigna, o New Deal. É nesse espelho que

Tenho proposto para o Bra-

sil um Programa de Emprego Garantido articulado a um Programa de Trabalho Aplicado. É similar a experiência em curso na Índia e na África do Sul, e que foi adotada no início do primeiro Governo Kirchner, com grande êxito. Em síntese, consiste em garantir trabalho remunerado por um salário mínimo, durante sete meses do ano, a todo desempregado, sobretudo desqualificado e semi-qualificado, disposto a trabalhar em obras de regeneração e de criação de equipamentos públicos nas periferias das 14 regiões metropolitanas. Custaria 1,5% do PIB anualmente, por cinco anos. Um quarto do que vai se pagar de juros da dívida.

P: Para encerrar, a crise global é uma reabilitação de Keynes?

R: De Keynes e de Marx. De Marx, pois foi o primeiro grande pensador a deduzir o caráter endógeno e cíclico das crises no sistema capitalista liberal. A conseqüência que tirou disso é que a recorrência das crises, levando, de um lado, à concentração e centralização do capital, e, de outro, à periódica criação dos exércitos industriais de reserva, eram situações propícias à revolução social no capitalismo maduro. Keynes, a seu turno, por um outro método, também reconheceu o caráter endógeno da crise no capitalismo liberal, mas adotou um ponto de vista normativo para evitá-la. Chamamos sua teoria de keynesianismo. É a invenção do capitalismo regulado, em contraposição ao liberal. O ponto mais próximo, creio eu, de se chegar ao socialismo não revolucionário numa perspectiva realista e prática. 

A Crise da Globalização”, Ed. MECES, pode ser adquirido na Av. Rio Branco, 131, 22º andar, Centro, tel. 21-3285-2051

“A crise atual criou excelente oportunidade e condições favoráveis à proposta de nova estratégia econômica para a América Latina”

Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Paris I (doutorado de Estado) e professor titular da UFRJ e da UERJ, João Paulo de Almeida Magalhães foi coordenador de política econômica do Cofecon (2002-2005) e presidiu o Corecon-RJ (2006-2008). Recentemente publicou o livro “O que fazer depois da crise: a contribuição do desenvolvimentismo keynesiano”, obra que analisa nesta entrevista.

P: O título do seu livro é “O que fazer depois da crise: a contribuição do desenvolvimentismo keynesiano”. Por que depois da crise?

R: A crise atual tem, sem dúvida alguma, graves repercussões negativas tanto para países desenvolvidos quanto para subdesenvolvidos. Na verdade, porém, as medidas de inspiração keynesiana que já vêm sendo adotadas pelos Governos em todo mundo são corretas e pertinentes. Quando muito, se discute se são quantitativamente adequadas. As discordâncias não vão além de pontos específicos como, por exemplo, se o socorro ao sistema financeiro deve tomar a forma de ações pontuais ou se os Governos devem, pura e simplesmente, assumir o controle total do sistema bancário pelo menos durante algum tempo. A par disso, é importante sublinhar que a solução final cabe aos países desenvolvidos, pelo que não se justifica nos concentrarmos no Brasil em sua discussão.

A tese do livro é de que a presente crise, como todas as outras, será, mais cedo ou mais tarde, debelada. Quando isso acontecer, a economia mundial voltará à normalidade. Para os países ricos isto significará a retomada do crescimento econômico com as satisfatórias taxas anteriores de expansão do PIB. Para os subdesenvolvidos, particularmente os da América Latina, haverá apenas a volta ao insatisfatório crescimento que registraram nas últimas três décadas sob a batuta neoliberal do Consenso de Washington. Crescimento que, em tudo por tudo, equivale a uma semi-recessão crônica.

Ora, a atual crise, ao comprovar que a fórmula ne-



oliberal não funciona adequadamente não só em países subdesenvolvidos como também nas economias maduras, cria excepcional oportunidade para revermos tudo que se fez no Brasil e na América Latina em geral, em termos de política econômica nos últimos trinta anos. Ou seja, em vez de se concentrarem no exame de políticas de curto prazo destinadas a minorar os efeitos de uma crise importada, os economistas brasileiros devem se dedicar à definição de estratégia a ser implantadas quando as atuais dificuldades tiverem sido contornadas. Seu objetivo deve ser, em última análise, indicar os meios e modos para fazer com que a região passe a crescer no mesmo ritmo que os países asiáticos. O que não deverá ser difícil, porque os países latino-americanos dispõem, no concernente ao desenvolvimento, de condições bem mais favoráveis que os asiáticos.

P: Mas qual o sentido da referência ao desenvolvimentismo keynesiano?

R: Se a percepção das consequências negativas do neoliberalismo na economia mundial teve início nos últimos dois anos, há pelo menos cinco se começou a denunciar os maus resultados obtidos pelos países latino-americanos que aderiram ao neoliberalismo do Consenso de Washington. Os economistas que apontaram esses maus resultados se intitularam de keynesianos, isso porque Keynes foi exatamente o economista de grande projeção que denunciou o fato de ser o mecanismo de mercado, deixado ao seu livre funcionamento, incapaz de garantir o ótimo econômico.

A tese defendida no livro é que, embora as críticas desses

economistas sejam pertinentes e corretas, falta-lhes alguma coisa. Isto é, carecem de justificação em termos de teoria econômica. Assim, os altíssimos juros estavam desencorajando investimentos e onerando pesadamente o orçamento público. Pediu-se, então, corte substancial nos mesmos. A sobrevalorização cambial estava lançando o país em indesejável especialização em “commodities” agrícolas e industriais. A proposta foi, nesse caso, desvalorizar a taxa de câmbio. Ou seja, diante de notórios maus resultados, se sugeria fazer o oposto, sem que essa proposta tivesse cobertura em termos de ciência econômica.

Acontece que a visão neoliberal do Consenso de Washington se baseia no paradigma neoclássico que constitui o fulcro da moderna ciência econômica. Na falta de cobertura teórica às alternativas propostas, os defensores do neoliberalismo alegarão simplesmente que suas sugestões se baseiam no que há de melhor em ciência econômica. Surgiu, assim, o Consenso de Washington Ampliado.

Segundo este, o receituário original achava-se perfeitamente correto, devendo apenas ser complementado pela adoção de mudanças institucionais nas economias subdesenvolvidas. Instituições eram entendidas como regras do jogo econômico. O necessário seria então complementar o receituário original com a garantia do direito de propriedade, segurança jurisdicional, leis de defesa dos acionistas minoritários, legislação falimentar adequada, banco central independente e assim por diante.

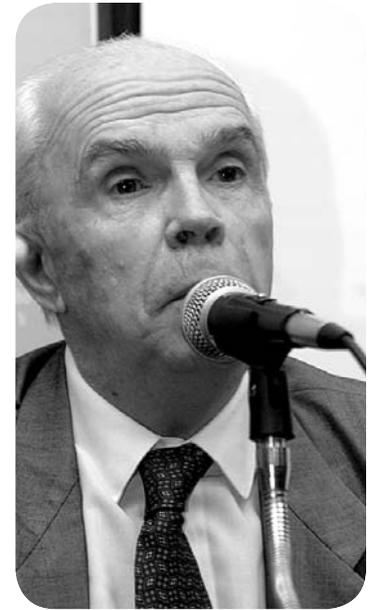
O impasse surgido é explicado por Blaug em texto clássico de metodologia econômica. Segundo ele, em qualquer ciência

uma teoria só é derrubada por outra melhor. Mesmo que a teoria utilizada conflite em pontos específicos com a realidade, leve a previsões erradas, explique inadequadamente os acontecimentos etc., ela continuará a ser utilizada por constituir o instrumento disponível para indicar o que pesquisar, como pesquisar e de que forma interpretar os resultados obtidos.

O que deve ser feito é ilustrado pela experiência dos países da segunda onda de industrialização, Estados Unidos, Alemanha e Japão. Para se industrializarem, eles deveriam proteger seus parques manufatureiros. Ora, qualquer medida nesse sentido entrava em choque direto com a teoria das vantagens comparativas (um dos pontos focais da ciência econômica da época), segundo a qual toda medida protecionista não só prejudica o comércio internacional como o próprio país que a adota. O problema foi contornado por List que, com sua teoria protecionista, introduziu uma exceção a essa regra, permitindo que os três países protegessem sua indústria nascente.

A tese do livro é de que qualquer nova estratégia para países subdesenvolvidos deve ser apoiada em paradigma que, levando em conta as características específicas do crescimento retardatário, justifique cientificamente políticas alternativas às neoliberais apoiadas pela teoria neoclássica.

O livro se propõe a oferecer esse paradigma. Para tanto, ele parte das contribuições da Economia do Desenvolvimento tradicional, que teve seu auge nas duas primeiras décadas posteriores à Segunda Guerra Mun-



dial. Essas contribuições são retomadas no contexto de um desenvolvimentismo keynesiano. A contribuição de Keynes para a Economia foi extremamente importante. Seu enfoque era, todavia, exclusivamente de curto prazo, referindo-se essencialmente aos meios e modos de combater recessões cíclicas do tipo da que agora enfrentamos. O enfoque do desenvolvimentismo keynesiano é de longo prazo e tem como objetivo oferecer meios e modos de eliminar o atraso econômico.

P: Sua tese é, portanto, de que existe diferença fundamental entre a experiência histórica de crescimento dos atuais desenvolvidos e o crescimento em curso das atuais economias emergentes. Podia apontar sinteticamente essas diferenças?

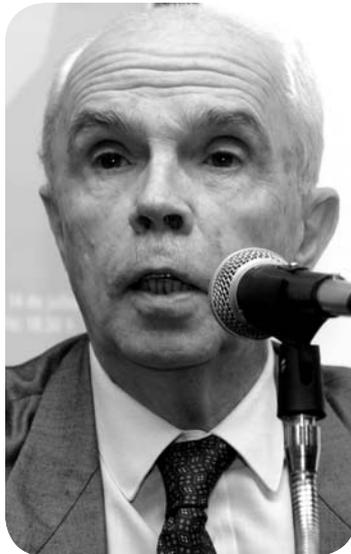
R: Nas civilizações da antiguidade o aumento do produto por habitante, diferentemente do que sucede hoje nas economias capitalistas, era esporádico e de duração limitada. Isso porque nessas economias, diante de tecnologia estagnada, inexistia a possibilidade de aumentar o capital por tra-

balhador. A partir da Revolução Industrial do século XIX, o contínuo e setorialmente generalizado progresso tecnológico passou a permitir esse aumento, tornando-se a elevação do produto por habitante situação normal na economia. O significativo do ponto de vista de nossa análise é que a diferença entre o passado e o presente resultou, fundamentalmente, do constante aumento do capital por trabalhador na economia moderna, viabilizado pelo progresso tecnológico.

Este se ajustava às condições dos países desenvolvidos responsáveis por sua criação. A tecnologia foi “labour using”, enquanto a mão-de-obra era abundante, tornando-se “labour saving” quando esta escasseou. A tecnologia se ajustou a unidades produtivas de pequeno porte enquanto foram limitados os mercados disponíveis, passando a exigir unidades produtivas de grande porte ao surgirem grandes mercados nesses países.

Ora, as atuais economias emergentes não criam mas importam tecnologia. E a tecnologia importada é “labour saving”, enquanto a mão-de-obra é superabundante nessas economias e exige unidades produtivas de grande porte, em conflito com o pequeno mercado à disposição dos subdesenvolvidos. Considerando-se que a tecnologia se acha na base do crescimento moderno, é fácil perceber porque esse crescimento vai ser, nas economias atrasadas, diferente do observado nos atuais países desenvolvidos.

A terceira diferença entre o crescimento retardatário e o crescimento clássico das economias maduras resulta do significado do mercado em um e outro caso. Os paradigmas ex-



plicativos do crescimento clássico ignoraram totalmente o mercado. Isso porque admitiam implicitamente a lei de Say, segundo a qual toda oferta cria sua própria procura. Em função disso, as teorias de crescimento da “mainstream economics” enfocam o crescimento exclusivamente da perspectiva da oferta. Ou seja, ele dependeria dos fatores capital e trabalho mais da tecnologia que os combina. Importante é o fato de que quando as teorias do crescimento neoclássico são indevidamente aplicadas ao crescimento retardatário, este é considerado como resultado apenas do aumento do capital por habitante, dado que o fator trabalho e a tecnologia são considerados preexistentes. Donde a grande importância erroneamente conferida ao capital estrangeiro no desenvolvimento econômico.

A experiência dos bem sucedidos países do Leste da Ásia mostrou, em sentido oposto, que não foi o aumento das poupanças que acelerou o crescimento, mas a aceleração deste que determinou o incremento das poupanças. Naqueles países, sempre que existam oportu-

nidades de investimento, as poupanças se elevavam espontaneamente. Ora, como oportunidades de investimento sinalizam a existência de mercado, pode-se concluir pela importância fundamental deste no desenvolvimento econômico. Em termos de paradigmas interpretativos isto significa que, se a teoria neoclássica do crescimento econômico considera exclusivamente o lado da oferta, a teoria ajustada ao crescimento retardatário deve se concentrar na perspectiva de mercado. Uma teoria com essas características é oferecida no capítulo final do livro.

Em suma, com base nessas três diferenças fundamentais pode-se afirmar que:

Enquanto o crescimento clássico é unitário, ou seja abrangendo concomitantemente todos setores da economia, o crescimento retardatário é dualista, com um setor moderno convivendo com outro tradicional. A exigência pela moderna tecnologia de unidades produtivas de grande porte faz com que as poupanças disponíveis em países subdesenvolvidos sejam suficientes para equipar apenas parcela restrita da economia, passando esta a constituir o setor moderno.

O crescimento clássico é limitado pela disponibilidade de mão-de-obra, e o retardatário pela disponibilidade de capital. Tecnologias “labour saving” exigem grande quantidade de capital, fator escasso nas economias retardatárias.

No crescimento clássico o mercado é irrelevante sendo, contrariamente, fundamental no crescimento retardatário. Isso porque neste último, na

existência de mercado, as poupanças se elevam espontaneamente e na medida necessária para apoiar a política de desenvolvimento.

Essas três diferenças têm consequências de vital importância em termos de política econômica, em relação, especificamente, aos seguintes aspectos: papel do Governo na economia, política antiinflacionária, contribuição do capital estrangeiro, protecionismo e ritmo requerido no crescimento retardatário. O importante é que todas as propostas de política econômica do livro são justificadas com base no aparato analítico oferecido pela Economia do Desenvolvimento tradicional ou nas posições devidamente ajustadas da “mainstream economics”.

O aspecto final que convém sublinhar é o que segue. A crise atual criou excelente oportunidade e condições favoráveis à proposta de nova estratégia econômica para a América Latina. No caso do Brasil, melhorando ainda mais esse estado de coisas, o calendário político cria condições que não podem deixar de ser aproveitadas. Em 2010 teremos eleições para escolher o novo presidente. Essa é excelente ocasião para cobrar (ou até exigir) dos candidatos a inclusão em seu programas das linhas básicas de estratégia capaz de recolocar o país na trilha do crescimento acelerado, de ritmo não inferior ao registrado pelos países asiáticos e alguns dos nossos vizinhos latino-americanos. Deixando claro que essa promessa de campanha será rigorosamente cobrada do candidato vencedor. 

“O que fazer depois da crise - a contribuição do desenvolvimento keynesiano”, Ed. Contexto, pode ser adquirido nas livrarias.

Globalização neoliberal: da crise financeira à grande queda

■ Sérgio Barroso*

Nm Marx, a valorização do valor (da mais-valia) como objetivo central da produção capitalista resulta, do ponto de vista sistêmico, sempre em superacumulação, fundamentalmente superprodução de capital (e também de mercadorias) - capital compreendendo máquinas, equipamentos, instalações, matérias-primas e ativos financeiros. Em seu móvel de acumular por acumular, o capital jamais se interessa pelas “necessidades sociais” das massas trabalhadoras. Portanto, são utópicas as interpretações das crises como sendo de “subconsumo das massas”¹.

Além de superprodução e superacumulação, devemos insistir em que a desproporção entre os departamentos e a lei de tendência de queda da taxa de lucro são igualmente fenômenos expressivos da dinâmica da crise. Crises que, conforme Marx, em última instância tem como determinação originária o antagonismo irresoluto: apropriação cada vez mais privada X produção cada vez mais expansivamente social.

Inobstante, para Marx, a consequência decisiva do desenvolvimento capitalista converge para o que denomina de “moderno sistema de crédito”. Ou seja, na medida em que: (i) a concentração (e centralização) de capitais; e, (ii) o moderno sistema de crédito são por ele considerados as principais “alavancas da acumulação capitalista”, ali localiza os pres-

supostos sobre o impulso à superacumulação de capital tendo por base a dinâmica permanente do capital financeiro (capital-dinheiro ou capital monetário). Noutras palavras:

“Se o sistema de crédito é o propulsor principal da superprodução e da especulação excessiva... (...) acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial... (...) Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises... (...) levando a um sistema puro e gigantesco de especulação e jogo” (Marx, O Capital, Livro 3)².

De outra parte, discorrendo Marx sobre o movimento do capital fictício, simultaneamente desvela já então um aspecto estrutural (e contemporâneo!) que integra as crises financeiras:

“Esse capital fictício reduz-se enormemente nas crises, e em consequência o poder dos respectivos aos proprietários de obter com ele no mercado. A baixa nominal desses valores mobiliários no boletim da Bolsa não tem relação com o capital real que representam, mas tem muito que ver com a solvência do proprietário”³.

Importa notar que, em definições mais precisas, (i) Marx alude a dois tipos de capital financeiro: o portador de juros e o fictício; (ii) o capital fictício consistindo em títulos negociáveis no futuro (para ele composto por ações ordinárias das Bolsas, títulos públicos e a própria moeda de crédito (bancária)⁴.

Financeirização⁵ e crise global

Consistem em fatos históricos reconhecidos e fartamente analisados a regulamentação do comércio e das finanças internacionais, institucionalizada pelo sistema de Bretton Woods (1944), e também por restrições ao livre movimento de capitais. Gestada pela desregulamentação e liberalização dos sistemas financeiros nacionais, a partir da crise capitalista



dos anos 70 passados, forjou-se, a partir dos EUA, um padrão de acumulação baseado num supermonopólio e hiper-especulação das finanças.

O que significou, para François Chesnais⁶, o “predomínio financeiro puro” do ressurgimento das formas do “capital-dinheiro concentrado”, a manejar as alavancas de controle do sistema capitalista mundial, o que também “acentuou o processo de financeirização crescente dos grupos industriais”. Conforme Peter Gowan, a estratégia original do grande capital financeiro norte-americano e britânico, impunha a inflação baixa para manter a função da moeda “como um padrão fixo de valor de acordo com os interesses do capital-dinheiro”, tendo sido esta a “verdadeira base para a inauguração do neoliberalismo do Atlântico”⁷.

Vê-se que a globalização financeira adveio da liberalização do movimento de capitais e transposição de fronteiras econômicas. Cada vez mais intensa, a instabilidade do sistema



tende a ser permanente, obstando a taxa de investimento, o que pode reduzir o ritmo da acumulação e do crescimento econômico no centro capitalista e em parte da periferia do sistema. Simultaneamente, um padrão sistêmico esse neoliberal que determinou as últimas décadas “como as mais tumultuosas da história monetária internacional, em termos de número, escopo e gravidade das crises financeiras” – enfatizam Kindlerberger e Aliber⁸.

Assim, as crises financeiras desse estágio do capitalismo monopolista - e fortemente

oligopolizado do ponto de vista do poder financeiro -, mantém a mesma lógica - numa vertente fortemente influenciada pelo caráter fictício da acumulação financeira - da crise de superprodução de capitais, refletindo o excesso de valorização do capital em relação à determinada taxa de juros; mas exacerbam-se a rapidez da propagação e recorrência. O que significa, por sua vez, ser decorrente da quantidade das transações com ativos financeiros, cada vez mais abrangentes, se propagando mais rapidamente pelos mercados nacionais e alcançando facilmente regiões inteiras ou mesmo o mundo.

Tendências depressivas?: impossível manter tal padrão

Na crise financeira que eclodiu em agosto de 2007, nos EUA, a orgia especulativa foi ampliada pelo crédito abundante - insuflando maior liquidez e euforia -, à baixíssima taxa de juros, e imensa alavancagem derivativa por sobre as hipotecas “sub-

prime”. [Note-se então que, o capital, neste preciso caso, encontra-se nas hipotecas (títulos), como capital portador de juros – e não em outro lugar]. Ademais, tudo isso passou abrigado pela burla do descontrole regulatório do sistema bancário internacional e pela absoluta falência das agências de “risco”. Chegou-se à anarquia completa de não se ter a mínima idéia da precificação de ativos “podres” e generalizadamente contaminadores.

O resultado? “Lamento dizê-lo, mas apostaria que haverá depressão e que durará alguns anos. Estamos entrando em depressão”, sentenciou Eric Hobsbawm, o historiador que destrinchou as duas grandes e depressões (1873-96 e 1929-33)¹⁰.

É evidente que esse padrão “financeirizado” de acumulação do capital não sobreviverá mais. Questão bem distinta do “fim do capitalismo”. 

Sérgio Barroso, médico, doutorando em economia Social e do Trabalho (Unicamp, diretor de Estudos e Pesquisas da Fundação Maurício Grabois.

1 É só constatar que, na eclosão da crise atual, a explosão do consumo norte-americano estava lastreada na especulação de hipotecas (títulos que portam juros) subprime, na construção frenética de imóveis, particularmente – não havia subconsumo algum Para uma crítica poderosa das teorias do “subconsumo”, ver especialmente: “A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise”, de E. Altvater, in: “História do marxismo”, Hobsbawm, E. (org.), v. 8, especialmente pp. 95-133, Paz e Terra, 1987, 2ª edição.

2 Ver: “O Capital”, volume 5, p. 510, Civilização Brasileira, s/data.

3 Antes, afirmara: “com o juro ascendente cai o preço deles [dos papéis]. O que também provoca essa queda é a escassez geral de crédito, que força os detentores a lançarem-se em massa no mercado para obter dinheiro” (Livro 3, volume 5, pp. 566-7).

4 Ver a discussão em “A transformação do capital financeiro”, de Robert Guttman, Campinas, Economia e Sociedade, nº 7, dez./1996. Em meados de 2008 divulgou-se que a relação entre a riqueza (fictícia) nocional financeira (aquela que é alavancada e derivativa; pode chegar a valer de acordo como que valha no futuro câmbio ou juros) seria de US\$ 350 trilhões, enquanto o PIB (Produto Interno Bruto) dos países do planeta alcançaria US\$ 56 trilhões [números redondos e aproximados].

5 Sobre o padrão financeirizado de acumulação do capital, ver: “Financeirização global”, de J. C. S. Braga, in: Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização (Tavares, M e Fiori, J. (orgs.), Vozes, 1997, 2ª edição; “A finança mundializa-

da”, de F. Chesnais (org.), Boitempo, 2005; “Capitalismo contemporâneo e a nova Luta pelo socialismo”, por R. Rabelo, p. 216, Anita Garibaldi, 2008.

6 Ver: “Da noção de imperialismo e da análise de Marx do capitalismo: previsões da crise”, de F. Chesnais, in: “O Incontornável Marx”, p. 64, Nóvoa, J. (org), Salvador/São Paulo, Unesp/Edufba, 2007.

7 Ver: “A roleta global. Uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo”, p. 81, Rio de Janeiro, Record, 2003.

8 Em: “A reconstrução do sistema financeiro global”, de Martin Wolf, cap. “Crises financeiras na era da globalização”, p. 31, Rio de Janeiro, Elsevier/Campus, 2009.

9 Estima a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) em 2009 a queda do PIB (Produto Interno Bruto) em seu âmbito seria em -4,3%; -6,6% no Japão; inesperados -5,6% na da Rússia, e -0,3% para o Brasil (“Folha de S. Paulo”, 1/4/2009, p. B-10). Segundo as últimas previsões do FMI, a economia mundial negativará entre 0,5% a 1% em 2009 em uma média anual. Os EUA caíram em -6,5% no último trimestre de 2008; Em fevereiro se foram outros 651 mil empregos; em fevereiro a taxa de desemprego oficial foi 8,1%, da PEA, a maior desde dezembro de 1983.

10 Em: “Hobsbawm: ‘Além de injusto, o mercado absoluto é inviável’”, entrevista a Martin Granovsky, de “Pagina 12”, traduzido em vermelho.org.br (30/3/2009).

Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

*Sujeito a análise de crédito.

www.banrisul.com.br

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

A crise chegou?

Ultimamente, muito se tem discutido sobre a crise da globalização financeira e as suas consequências sobre a sociedade. Aderindo ao movimento, trataremos de seus possíveis efeitos sobre o Orçamento Público.

A análise consistiu na avaliação da receita arrecadada no primeiro bimestre e em sua comparação com a arrecadação no mesmo período dos exercícios anteriores. Estão destacados os principais itens da receita de cada ente em foco – o município e o estado do Rio de Janeiro. Todos os dados foram corrigidos monetariamente para preços de fevereiro de 2009 - IPCA¹. Também fazemos um contraponto às afirmações da secretária municipal de fazenda em relação às estimativas das receitas feitas pelo governo anterior.

O município do Rio de Janeiro

O total da arrecadação da prefeitura, no primeiro bimestre deste ano, manteve-se no nível de 2008 (vide Gráfico 1), uma vez que o crescimento foi de apenas 0,28% em relação ao mesmo período do exercício passado, interrompendo a continuidade de crescimento significativo dos exercícios anteriores (2007/2008:

6,6% e 2006/2007: 7,4%).

A fim de compreender melhor a situação das receitas, esmiuçamos algumas delas individualmente, começando pelos três impostos de competência arrecadadora municipal – Imposto Sobre Serviço (ISS), Imposto de Transmissão de Bens Inter-vivos (ITBI) e o Imposto sobre Propriedade predial e Territorial Urbana (IPTU). Após isso, analisamos as duas das transferências estaduais de relevância para o orçamento carioca – ICMS e IPVA.

ISS

Sobre a maior fonte de arrecadação da prefeitura (aproximadamente 20% do total de receitas arrecadadas), observou-se um crescimento mais intenso (2008/2009: 7,8%; 2007/2008: 16,6% e 2006/2007: 13,1%) do que o do total das receitas. É consensual entre os economistas que o setor de serviços é o último a sofrer os efeitos de uma crise. Sob esse prisma, o Rio é favorecido por ter neste setor a maior parte de sua atividade econômica. Por sua vez, apesar de o ITBI demonstrar em 2009 um crescimento menor que o do ano anterior, ele se manteve dentro de sua

média de arrecadação, ou seja, o mercado imobiliário também não foi atingido pela crise (ainda) nesses dois primeiros meses (2008/2009: 11,3%; 2007/2008: 23,8% e 2006/2007: 11,1%).

IPTU e o boicote de 2008

Em 2008, com o objetivo de não permitir a utilização dos recursos públicos para fins eleitorais, o pagamento da cota única do IPTU sofreu um “boicote” organizado por associações de moradores. Cabe destacar também que a cota única teve, a partir de 2008, a diminuição no desconto de 10% para 7%. Estes dois eventos podem explicar a queda de 2,5% no primeiro bimestre daquele ano em relação ao exercício de 2007, que cresceu 7% em relação ao arrecadado em 2006; uma vez que ambos são motivos (ou incentivos) para o seu não pagamento em cota única¹.

Em 2009, o nível de arrecadação se manteve (0,23% a mais) no segundo ano da redução do desconto. Dada a brevidade do histórico ainda não podemos afirmar que a permanência dos efeitos da redução do desconto em cota única é motivo suficiente para decrescer o patamar de arrecadação no primeiro bimestre. Outra alternativa é que a crise econômica já se faz sentir na renda das famílias.

Transferências do Estado – IPVA e ICMS

Passando para as transferências do Estado, vemos que a Cota Parte do IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, apresentou um aumento de 13,7% em 2009, o maior crescimento do imposto dentre os anos analisados (2006/2007, +9,2% e 2007/2008

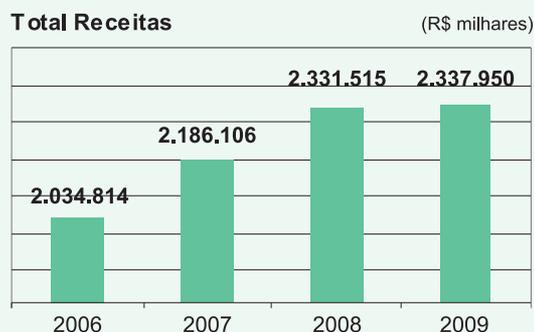
+2,8%). Especulamos que esse aumento pode ter sido provocado pela redução do IPI - Imposto sobre Produto Industrializado, concedida pelo governo federal, impulsionando a compra de veículos no período.

Já a Cota-parte do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços foi o único item municipal analisado a apresentar decréscimo na arrecadação (-2,2%)³ invertendo a sua trajetória de crescimento (2007/2008: 4,9% e 2006/2007: 8,8%). Desta forma, a crise parece estar influenciando a arrecadação dessa transferência, o que pode vir a prejudicar o crescimento das receitas da prefeitura ao longo do exercício.

A análise das receitas nos leva a comentar a entrevista da Secretária de Fazenda do Município do Rio, Eduarda La Rocque, publicada no Jornal do Brasil do dia 1º de Março de 2009, abordando o impacto da crise financeira sobre as receitas do município. Quando questionada sobre o cenário financeiro encontrado na cidade, a secretária afirmou: “A situação encontrada por um lado é muito ruim por conta das condições financeiras da prefeitura e da crise econômica internacional. Na verdade, encontramos um orçamento superestimado, não por imprecisão, falta de controle ou por má fé, mas basicamente porque foi elaborado por volta de julho do ano passado (2008), quando o cenário esperado era muito mais favorável do que a gente tem hoje”.

Respeitosamente, discordamos dessa afirmação. A Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2009 prevê uma arrecadação de R\$12.1 bilhões, um aumento nominal de 11% em relação ao exercício de 2008. Entretanto, destacamos um item da re-

Gráfico 1



Fonte: Sistema Fincon acesso em 12/03/2009

Gráfico 2



ceita – as operações de crédito. O gráfico 2 evidencia a sua superestimação em todos os orçamentos elaborados pelo governo anterior.

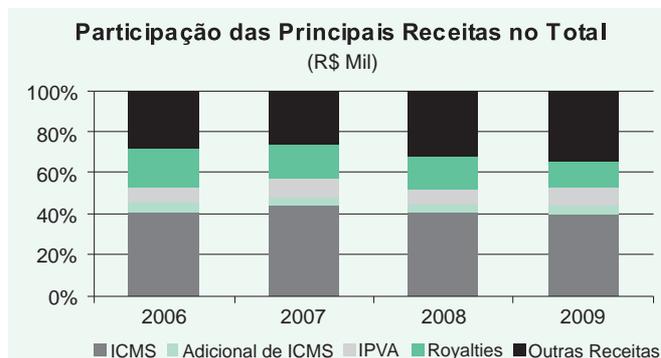
Dada a constância do “erro” de estimativa fica difícil acreditar na boa fé do seu responsável. Ressaltamos também que o Município do Rio encontra-se próximo ao seu limite para pagamento de amortização e encargos da dívida (11,5% da Receita Corrente Líquida – RCL). De 2002 a 2008, foram comprometidos para este fim em média 10,24% da RCL. Dessa forma, se a realização das Operações de Crédito fosse aumentada, o comprometimento desse pagamento aumentaria esse percentual, aproximando-se ou mesmo infringindo o limite. Uma vez que é bem sabido que a realização das Operações de Crédi-

to não pode ser muito maior do que a atual, uma previsão muito discrepante não parece ser causada pela crise, mas por outros motivos a se descobrir.

Estado do Rio de Janeiro

No que tange a arrecadação estadual, os impactos da crise se mostram mais evidentes. Em termos reais, a arrecadação no 1º bimestre de 2009 cresceu 1,2% ante o mesmo período de 2008. Por esse mesmo tipo de comparação, em 2008 o crescimento fora de 17,3%. Não obstante ao crescimento real da arrecadação geral do Estado, o comportamento no conjunto de suas principais fontes: o ICMS, o adicional de ICMS⁴, o IPVA e as compensações financeiras pela extração de petróleo e gás, se mostram decrescentes (Gráfico 3).

Gráfico 3



Petróleo

Dentre as principais fontes de receita, a mais afetada até o momento é a relativa às indenizações pela extração e produção de petróleo e gás natural, mais especificamente os Royalties e as Participações Especiais. Esta fonte de recurso está diretamente relacionada com o preço do petróleo e com a taxa de câmbio. Na comparação entre fevereiro de 2009 e de 2008, o preço do barril de petróleo em reais (média mensal - dólar comercial venda X barril de petróleo Brent) diminuiu 38,9%.

Essa alteração fez com que a arrecadação com as compensações financeiras referentes ao petróleo tenha tido uma redução (-23,6%) no 1º bimestre de 2009, anulando o ganho obtido entre 2007 e 2008 (12,3%).

ICMS

Com relação ao ICMS, principal item da receita estadual, o resultado do 1º bimestre também apresenta redução em relação ao de 2008 (-0,2%). Destaca-se, no entanto, que a arrecadação em fevereiro foi 3,9% menor que a do mesmo mês do ano anterior. Por este tipo de comparação, foi o 1º resultado negativo desde março de 2008. As evoluções positivas no período enfocado foram: 8,1% de 2007 para 2008 e 7,4% entre os exercícios de 2006 para 2007.

Em consonância a este resultado, o adicional do ICMS decresceu no 1º bimestre de 2009 (-0,6%), com destaque para a queda de fevereiro (-2,2%).

Já o IPVA apresenta um bom crescimento em 2009. A arrecada-

ção no 1º bimestre foi R\$ 90,9 milhões superior ao mesmo período de 2008, o que representa um crescimento real de 15,6%, voltando ao patamar verificado entre 2006 e 2007 (12,3%) e bem superior aos 3,4% registrado entre 2007 e 2008.

Considerações finais

Ao compararmos o percentual efetivamente arrecadado no primeiro bimestre de cada exercício, vemos que o de 2009 se estabilizou nos dois entes enfocados. Embora tendo verificado comportamentos contraditórios entre os itens das receitas analisados os que são afetados diretamente pelo nível de atividade econômica (ICMS, IPVA e ISS) tiveram redução no volume de arrecadação ou no ritmo de crescimento.

Ainda temos pouca informação sobre as medidas que foram (ou serão) tomadas pelos governos municipal e estadual frente à crise vislumbrada. De qualquer forma, supomos que o orçamento estadual, por ser mais dependente dos tributos diretamente afetados, sentirá mais rápida e intensamente os seus efeitos. Entretanto, nos preocupa a medida anunciada no Boletim estadual de Transparência Fiscal – o contingenciamento de R\$1,6 bilhão, valor muito superior ao contingenciado em 2008 (R\$280 milhões). Ora, essa medida espelha o quanto ainda estamos sob a influência do neoliberalismo que transforma as finanças, de atividade-meio em atividade-fim. Tal conduta subordina o gasto público, tão necessário nestes tempos aos menos favorecidos, a um fictício equilíbrio orçamentário.

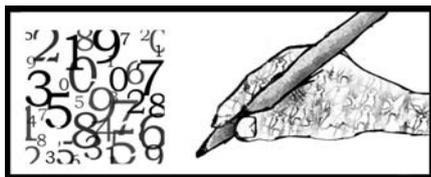
1 Índice de Preços ao Consumidor no Atacado

2 Apesar da tentativa do ex-prefeito de minimizar o efeito do “boicote”, o fato é que o movimento chamou a atenção para o IPTU, inclusive para a redução do desconto.

3 Cabe ressaltar que a cota parte transferida para o Município do Rio é apenas aquela medida pelo Valor Adicionado do tributo. Os outros critérios de divisão, exceto o de meio ambiente, estão suspensos por um imbróglgio judicial.

4 Arrecadação temporária e não distribuída aos municípios para composição do Fundo de Combate à Pobreza.

Curso 'Para entender a conjuntura econômica'



■ O curso “Para entender a conjuntura econômica” será oferecido pelo Corecon-RJ no período de 29 de junho a 10 de julho, de segunda a sexta-feira, das 18h45 às 21h30, na sede do Conselho. O objetivo do curso é o de apresentar as principais estatísticas de conjuntura econômica e discutir como interpretá-las.

As aulas se destinam a estudantes e profissionais de economia, jornalistas, administradores, contabilistas, engenheiros de produção e demais áreas afins.

O curso será oferecido em 30 horas, divididas em dez aulas de três horas cada. Serão apresentados cinco gran-

des tópicos ocupando duas aulas cada. Nas primeiras três horas-aula serão introduzidos conceitos teóricos referentes às estatísticas, e nas três horas-aula seguintes serão apresentadas as principais estatísticas e debatidas algumas aplicações.

Em 2006, os professores Carmem Aparecida Feijó, Elvio Valente, Fernando Carlos G. de C. Lima, Marcio Silva de Araújo e Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho se reuniram para formar o curso, que foi tão bem sucedido que virou um livro reconhecidamente importante.

Para entender a conjuntura econômica
30 horas-aula
29 de junho a 10 de julho
segunda a sexta-feira
18h45 às 21h30

As inscrições para o XIX Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado começaram em 10 abril. Informações no telefone 2103-0111.



UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Programa de Pós-graduação em Economia e Gestão Empresarial

Mestrado em Economia Empresarial

Recomendado pela CAPES / MEC

Áreas de Concentração:
Finanças e Investimento das Empresas
Gerenciamento de Projetos | Regulação e Competitividade

NOITE E FINAIS DE SEMANA

Inscrições: entre 01 e 22 de junho de 2009
Seleção (entrevista): entre 24 de junho e 03 de julho
Matriculas: até 06 de julho 2009
Início das aulas: 31 de julho de 2009

Convênio com CORECON/RJ
15% de desconto nas mensalidades
para economistas registrados.

Rua da Assembléia, 10, sala 709 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: (21) 2252-5612/2232-8451 e 2531-2000 r. 294 (das 14 às 20hs.)
mestradoec@candidomendes.edu.br • www.candidomendes.edu.br/mee

Debate sobre Reforma Tributária

■ O Corecon-RJ promove debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 233/2008) que trata da Reforma Tributária, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. O evento acontece em 29 de abril, quarta-feira, das 18h30h às 21h, na sede do Conselho (Av. Rio Branco, 109, 19º andar).

O debate é patrocinado pelo Fórum Brasil do Orçamento (FBO), que trabalha nacionalmente, ao lado de outras entidades comprometidas com os direitos sociais, para que a Reforma Tributária beneficie a maioria da população brasileira.

O evento conta com a presença dos economistas Evilásio Salvador, do INESC de Brasília, Paulo Sergio Souto (Paulo Passarinho), presidente do Corecon-RJ, e François Bremaeker, especialista em finanças públicas.

Encontro dos coordenadores acontece em 16 de abril

■ O Encontro dos Coordenadores dos Cursos de Economia do Estado do Rio de Janeiro acontece em 16 de abril às 18h30 no Corecon-RJ (Av. Rio Branco, 109, 16º andar, Sala da Plenária). O evento, organizado pela Profa. Angela Gelli, diretora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e coordenadora do Curso de Economia da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), conta com a participação do presidente da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), Prof. Lineu Maffezoli.

No encontro, os coordenadores discutem temas de relevância para os cursos de graduação em Economia, como a implantação das diretrizes curriculares, os projetos pedagógicos dos cursos e as grades curriculares, as atividades complementares, os trabalhos de conclusão de curso, o Enade, a qualidade dos cursos de graduação, o mercado de trabalho e o perfil do profissional contemporâneo graduado em Economia.

Errata

O jornalista Aguinaldo Novo obteve o segundo lugar no V Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico – 2008 pela matéria “Montadoras mais dependentes dos mercados emergente”, escrita em quatro mãos com a jornalista Luciana Rodrigues. Na edição do JE de março, grafamos o nome de Aguinaldo de forma incorreta.